A existência de um povo pela resistência: os curdos

Organizada como uma nação sem estado, baseada nos princípios da democracia, da ecologia e dos direitos das mulheres, o povo curdo provou reiteradamente que uma sociedade pode existir sem tomar o poder, hostilizar outros povos ou delimitar fronteiras

Zozan Sima | Jineolojî Academy

| Rojava | Curdistão |

traduzido por Laura Faria Porto Borges

Nossa democracia direta e participativa é fruto de uma ampla rede organizacional, que admite especificidades regionais e diversidade de línguas e culturas, bem como estruturas autônomas de jovens e mulheres.

Apesar dos ataques racistas enfrentados pelo povo curdo por milênios, essas estruturas foram capazes de prosperar. Na verdade, haja vista que nossas origens remontam à Mesopotâmia — localização histórica das primeiras Civilizações Estados do mundo —, nossa identidade é forjada pela necessidade de nos defendermos contra os ataques dos Estados que se recusam a reconhecer nossa identidade cultural. Hoje, após milhares de anos, o povo do Curdistão continua a lutar por sua existência e sua liberdade, guiado pela liderança das mulheres e pelo espírito de sua revolução.

Apesar da longa história de nossa existência, a violência mais devastadora contra os curdos aconteceu com a eclosão da modernidade capitalista nos últimos dois séculos. Ainda que

essas políticas na região tenham sido executadas por Turquia, Iraque e Síria; foram — antes de tudo — forças globais imperialistas, sobretudo Grã-Bretanha e Estados Unidos, que prepararam o solo para esses Estados, oferecendo apoio e orientação para a execução de massacres. Essa violência, é, essencialmente, uma violência de racismo cultural.

A luta pela existência contra o racismo islâmico turco-sunita no Curdistão Bakur[1] Curdistão do Norte.

A República da Turquia, em seu processo de formação baseado na identidade turco-sunita, voltou-se para os curdos após o genocídio armênio de 1915. No entanto, devido à elevada população curda e seu nível de organização social – baseada em tribos capazes de se defender e autogovernar –, o Estado turco não foi capaz de levar a cabo um genocídio completo, desenvolvendo um processo de aniquilamento a longo-prazo. Essa destruição lenta tem sido implementada pouco a pouco, segundo pesquisas que, em sua abrangência, consideram as especificidades de cada região. Em paralelo ao massacre do povo curdo, uma forma contínua de genocídio prevaleceu, o que Abdullah Öcalan denominou “genocídio cultural”.

O Estado turco iniciou esse processo confiscando as armas das pessoas. Desarmar as tribos significava desmantelar o poder da sociedade curda e sua habilidade de se autodefender. Mais tarde, o serviço militar de longa duração, no Exército Nacionalista Turco, passou a ser compulsório. Foram proibidas organizações políticas e sociais curdas, e até mesmo sua língua e cultura. Aqueles que ousaram protestar foram eliminados, seja por meio da prisão e do exílio, seja por massacre.

Em Curdistão Bakur, práticas multifacetadas foram efetuadas e mantidas em andamento, o que inclui assassinato de milhares de pessoas, destruição sistemática, incêndios em vilarejos e deslocamentos forçados. Crianças foram tomadas de suas famílias e sujeitas à assimilação em internatos do Estado. Com os massacres irrestritos no Curdistão, em Koçgiri, após a

rebelião de 1921; e, em Bingöl e Amed, após a rebelião de Şex Said, em 1925; bem como no vale de Zilan após a revolta de Agirî, em 1930; e durante o genocídio de Dersim, em 1938, dezenas de milhares foram assassinados, abusados, violentados e presos. Ataques semelhantes foram realizados nos anos 90 contra aqueles que apoiavam a luta do PKK, na 29ª revolta pela libertação do Curdistão.

Curdos que colaboraram com o Estado são usados para encobrir essas políticas assassinas. Por intermédio de pessoas que se renderam ao Estado ou que são obrigadas a fazê-lo, os curdos são incitados uns contra os outros. O sistema de vigilância dos vilarejos implementado no Curdistão, desenvolvido pelo Estado turco junto às próprias estruturas tribais, consiste em uma organização paramilitar criada para neutralizar, e até assassinar, curdos revolucionários, democráticos e patriotas que travam uma luta pela liberdade.

Os guardas dos vilarejos, cujos crimes cometidos vão desde o tráfico de drogas ao assédio de mulheres, estupro, roubo e corrupção, são protegidos pelo Estado. Milhares foram assassinados por essas gangues e lançados em poços com ácido. O destino de milhares permanece desconhecido. Desde 27 de maio de 1995, as mães dos “desaparecidos” têm saído em manifestações públicas, todos os sábados, exigindo esclarecimentos sobre seus parentes desaparecidos. Elas ficaram conhecidas como as “Mães dos Sábados”.

As mulheres têm sido as mais profundamente afetadas por essas políticas de Estado e pelos massacres. O massacre realizado em Dersim, em 1938, foi sobretudo um massacre de mulheres. Semelhante aos ataques cometidos em 2014 pelo Estado Islâmico (EI), em Sinjar, milhares de mulheres foram sequestradas em Dersim, – segundo certas fontes, 4.000 ou mais. Milhares de jovens mulheres da região, que é uma área curda alevita, foram capturadas e entregues a oficiais do Estado turco como filhas adotadas ou esposas, sobre as quais ainda não há informações.

Documentários como “The Lost Girls of Dersim” (As garotas desaparecidas de Dersim) revelam as políticas racistas direcionadas às mulheres. Até mesmo Sidika Avar, uma professora do regime kemalista que trabalhou na região, escreveu suas memórias em um livro chamado “My Mountain Flowers” (Minhas flores da montanha). O livro consiste em uma confissão sobre as políticas de assimilação infligidas a jovens mulheres, discorrendo

sobre as crianças que foram tomadas à força de suas famílias ou aquelas cujas famílias foram assassinadas em massacres e, depois, criadas como turcas e muçulmanas sunitas em internatos públicos. Ainda que, posteriormente, algumas delas tenham se reunido novamente com suas famílias, a maioria delas foi assimilada de forma profunda e acabou esquecendo sua própria língua e identidade.

Essas políticas tiveram um impacto decisivo no fato de que o dialeto Dımilki, da língua curda, amplamente utilizado por curdos de Dersim é, atualmente, uma língua ameaçada de extinção. As práticas mais severas do governo turco surgiram com a proibição da língua curda, afetando principalmente as mulheres. A princípio, devido às tradições feudais, as mulheres não tinham a oportunidade de ir às escolas, devido à pobreza e às longas distâncias, enquanto os homens curdos eram obrigados a aprender a língua turca nas escolas e levados à força ao serviço militar.

O ensino obrigatório da língua turca tem causado traumas permanentes nas crianças curdas. Todas as que iniciaram a escola primária sem falar turco eram agredidas e insultadas por falar curdo, e, por anos, foram obrigadas a ler juramentos racistas nas escolas todas as manhãs, dizendo “eu tenho orgulho de ser turco; eu quero sacrificar minha existência pela existência turca”.

Os professores estavam autorizados e eram até encorajados a punir violentamente os alunos que falavam curdo, para intimidar suas famílias ou até expulsá-los da escola.

As políticas de Estado turcas produziram filmes, fotografias e livros a fim de ridicularizar a língua curda e sua cultura. Essas são tentativas de transformar a identidade curda em um símbolo de ignorância, analfabetismo e atraso. Essa situação causou danos à relação das crianças com suas mães, que representavam a existência curda através de suas roupas, língua e estilo de vida. Fizeram as crianças se sentirem constrangidas e até mesmo envergonhadas. O banimento da língua materna levou a humilhações contínuas contra mulheres em postos oficiais e hospitais.

Apesar de tamanha repressão, os curdos construíram muitas organizações e instituições

para proteger a língua e a cultura curdas. A fim de conquistar a liberdade, a resistência popular continuou ininterrupta. A resistência armada, desenvolvida pelo PPK (Partido dos trabalhadores do Curdistão), por meio da liderança de Abdullah Öcalan, foi eficiente em barrar políticas racistas. A resistência que se iniciou em Bakur tem se espalhado gradualmente por todas as quatro partes do Curdistão. Desde os anos 90, juntamente à luta nacional de libertação, desenvolveu-se a perspectiva de que "a revolução do Curdistão é uma revolução de mulheres".

Mulheres que tomam frente na luta pela liberdade no Curdistão o fazem, formando organizações político-sociais e de autodefesa contra políticas racistas. Formou-se uma nova consciência para combater políticas de assimilação, valorizando o uso da língua materna, das roupas tradicionais e dos símbolos da cultura curda. As mulheres transformaram eventos públicos, como as marchas de 8 de março, os festivais de Newroz, as manifestações e as conferências em verdadeiros eventos de resistência cultural, fazendo uso de suas roupas e cores tradicionais nessas ocasiões.

As mulheres curdas têm se organizado em todas as esferas da vida: desde universidades, fábricas, vilarejos, vizinhanças e conselhos municipais; até o campo da cultura, arte e Academia. As mães dos guerrilheiros martirizados organizaram-se na Iniciativa das Mães pela Paz e têm trabalhado por uma solução pacífica para a causa curda pelos últimos 21 anos.

As famílias de combatentes pela liberdade e presos políticos também têm lutado e se organizado para apoiar a luta de seus filhos. Além disso, as mulheres curdas criaram plataformas conjuntas para lutar lado a lado com feministas turcas, socialistas, democratas, anarquistas e ecologistas, que se uniram por uma solução pacífica para a questão curda e contra políticas racistas e sexistas.

Contra essa forma de resistência e organização, os ataques do Estado turco dirigidos a mulheres tornaram-se cada vez mais intensos. Os ataques mais árduos contra mulheres e movimentos femininos se deram durante o reinado de Erdogan. Mulheres membros do parlamento e co-prefeitos foram detidos, instituições de mulheres foram banidas e milhares de ativistas do movimento de libertação das mulheres estão presas neste momento.

Do desprezo à revolução: o Curdistão Rojava[2] Curdistão Ocidental.

O Curdistão Rojava foi mantido por anos sob o controle do regime do partido sírio Baath, que representa o nacionalismo árabe alauíta. Em suas políticas direcionadas aos curdos, a República Árabe Síria alegou que os curdos eram imigrantes que chegaram àquelas terras muito tempo depois. Com a finalidade de mudar a demografia da região curda nos anos 70, por meio do projeto intitulado o Cinturão Árabe, famílias árabes foram assentadas em vilarejos em áreas curdas. Uma grande parte da população curda teve sua cidadania revogada e foi denominada *ecnebi* (estrangeiro) ou *mektum* (fugitivo).

Sem documento de identidade, os curdos não podiam gozar de direitos como cidadãos, não podendo beneficiar-se de serviços públicos. Foram privados de ir à escola, conseguir trabalho ou ter direito à propriedade. Não obstante, os curdos ainda foram forçados a cumprir sete anos de serviço militar para o Estado. Durante períodos diferentes, revolucionários e intelectuais curdos, como Nuri Dersimi, Celadet Bedirxan e Abdullah Öcalan vieram a Rojava para evitar a perseguição do Estado turco e para continuar sua luta pela libertação e unidade do Curdistão e seu povo. Durante todo esse período, o povo curdo de Rojava apoiou e participou das lutas em outras partes do Curdistão.

Antecipando o golpe militar fascista de 1980 na Turquia, Abdullah Öcalan chegou à Síria junto a membros do recém fundado Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK). Por anos, Rojava foi o palco de trabalhos educacionais e organizacionais do Movimento pela Liberdade Curda.

A sociedade, as milícias, os simpatizantes e os comitês populares do Curdistão possuem uma história de 40 anos de luta. Desde o começo, a participação das mulheres tem sido muito intensa. Essas mulheres tentaram resolver seus problemas sociais, juntando-se às guerrilhas nas trincheiras e formando comitês. De forma clandestina, organizaram atividades culturais, uma política educacional e aulas de língua curda em suas casas.

Cooperando em comunidade, as mulheres desempenharam um papel ativo em gerar visibilidade, solidariedade social e organizar recursos materiais para o apoio à luta. As famílias chegaram a incentivar seus filhos a juntarem-se às forças das guerrilhas. Dos anos 80 em diante, muitas mulheres do Curdistão Rojava entraram para a guerrilha e se tornaram mártires na luta. Em 2005, a primeira organização autônoma de mulheres foi estabelecida sob o nome de Yekitiya-Star, que começou a se organizar em uma escala mais ampla com a revolução curda em Rojava, mudando seu nome para Kongra Star.

Junto às revoltas populares e rebeliões no Oriente Médio, iniciadas em 2011, a revolução de Rojava teve êxito ao estabelecer estruturas de auto-organização baseadas na democracia radical, na ecologia e na liberdade das mulheres. O papel das mulheres foi decisivo na concretização da autonomia democrática em Rojava. A resistência armada que se desenvolveu sob a liderança das Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ) contra as quadrilhas do EI, tanto no Curdistão Rojava como no Sinjar em 2014, teve um impacto global. Devido a sua força organizada, as mulheres conquistaram igualdade de representação e a implementação de um sistema de co-presidência na esfera política e em todas as instituições.

As mulheres curdas estabeleceram organizações autônomas em todos os campos da vida: das unidades de defesa às organizações civis, conselhos de cultura e artes, instituições de economia comunitária e até um conselho de justiça das mulheres. Muitas decisões de comando relativas às mulheres só podem ser tomadas por elas mesmas.

Crimes contra as mulheres são enfrentados de acordo com leis formuladas pelo próprio movimento das mulheres, tendo sido aprovadas pela assembleia constitucional da autonomia democrática. Conselhos comuns foram criados de maneira conjunta, contando com árabes, armênios, circassianos, chechenos e turcomanos, assim como o povo yazidi, abarcando as crenças cristã e muçulmana. Através de suas próprias organizações, mulheres e pessoas de todas as nacionalidades, religiões e grupos sociais tiveram sua participação garantida nesse sistema.

A guerra pela existência no Curdistão Başur[3] Curdistão do Sul.: entre o nacionalismo árabe sunita e o micronacionalismo curdo

O Estado iraquiano, construído nas bases do nacionalismo árabe sunita, tem conduzido massacres contínuos do povo curdo em toda geografia do Curdistão. É estimado que mais de 200.000 pessoas foram assassinadas e milhares de vilarejos foram queimados.

Sob o regime de Saddam Hussein, mais de 1 milhão de curdos foram deslocados. Milhares de mulheres curdas foram sujeitas a abusos, estupros ou foram vendidas para países árabes. O mais horrendo desses massacres aconteceu em Halabja, no Curdistão Başur, em 16 de março, de 1988 a 1989. Os ataques químicos envolveram o uso de gás mostarda e gás sarin, matando mais de 5.000 pessoas, em sua maioria mulheres e crianças. Cerca de 10.000 pessoas foram feridas. O impacto das armas químicas causou muitas doenças que se perpetuaram em gerações futuras. Apesar de Saddam e seus apoiadores terem sido julgados e executados, as forças internacionais que foram cúmplices do massacre, por meio da venda dessas armas químicas ao Iraque, nunca foram processadas ou levadas a julgamento.

O Curdistão Başur possui uma longa história de luta pela resistência. As mulheres peshmergas também participaram dessa luta, mesmo em número limitado e posições menos ativas. Leyla Qasım, executada por Saddam, se tornou um símbolo devido à sua resistência como uma mulher curda. Margaret Shello, outra mulher peshmerga de origem assíria, ainda não teve seu assassinato elucidado.

Após um longo confronto, os curdos conquistaram sua autonomia com a derrota do regime fascista do Baath. Contudo, com as políticas imperialistas dos Estados Unidos, a região curda foi invadida de outras formas. Devido às políticas que disseminaram a cultura e o modo de vida capitalista na região, há uma contínua imigração para a Europa. Em razão da admiração pelas culturas europeia e norte-americana, os curdos consideram sua língua e sua cultura como sinônimos de atraso.

O governo regional do Curdistão Başur — governo este em que o KDP e o PUK são forças decisivas — fez concessões ao Irã e à Turquia sem proteger ou desenvolver uma política de amparo a seu povo e ao Curdistão. As necessidades da sociedade são preteridas aos ganhos pessoais e familiares na formulação de sua política. Essas políticas, as quais podemos chamar de micronacionalismo de uma nação oprimida, criaram um círculo vicioso ao barganhar com forças internacionais que mantém controle sobre os curdos, permitindo que sejam massacrados.

Além de tudo, a atual atitude da administração com relação às mulheres reproduz o sexismo e reforça o sistema patriarcal. É muito alto o número de mulheres, cujo massacre foi tratado como "suicídio" ou crime de honra. Apesar de existir diversas ONGs organizadas por mulheres, como em outras partes do mundo, essas ONGs aspiram unicamente a conter reações e combater o sistema patriarcal dentro de uma perspectiva eurocêntrica de soluções liberais.

Já no Curdistão Başur, o movimento de libertação das mulheres tem que lutar contra abordagens imperialistas e eurocêntricas, além da dominação de Estados colonialistas sobre o Curdistão e sobre a administração curda governando a região. As mulheres desempenham papéis de liderança nos esforços pela "unidade nacional", conectando elementos de consciência política, social, cultural e econômica, bem como de consciência de autodefesa, além de organizar as quatro partes do Curdistão.

Sinjar, o antigo santuário sagrado do povo yazidi, carrega um significado próprio no âmbito do Curdistão Başur, assim como a implementação de políticas racistas específicas direcionadas aos curdos yazidis pelo regime iraquiano. O povo yazidi, que foi sujeito ao 74º genocídio cometido pelo EI, tem sido constantemente exposto a atitudes racistas por serem ao mesmo tempo curdos e yazidis. Semelhante à caça às bruxas na Europa medieval, o povo yazidi tem sido alvo de grupos islâmicos fundamentalistas liderados por governos. O povo yazidi tem sido constantemente atacado por campanhas difamatórias, acusando-os de "adorar o diabo" e distorcendo sua crença de que Deus e os anjos não podem ser maus e o mal está relacionado ao Homem.

Essencialmente, o povo yazidi constitui a célula tronco da cultura e da existência curda. Seu

sistema de crenças é baseado na adoração da natureza. Nesse sentido, podemos entendê-lo como a continuação da cultura de deusas neolíticas. Contudo, devido aos muitos massacres que presenciaram, o povo yazidi se tornou cada vez mais introvertido, chegando até a criar um sistema de castas baseado na autoproteção.

Durante o governo de Saddam, muitos yazidis foram expulsos de seus vilarejos e reassentados à força em cidades. Em razão disso, eles foram separados de suas montanhas sagradas e reassentados nas planícies. Após 2003, a área do Sinjar foi posta sob a proteção de forças peshmergas da administração regional do Curdistão.

Quando os ataques genocidas cometidos pelo EI começaram no Sinjar, em 2 de agosto de 2014, forças peshmergas do KDP, encarregadas de proteger a área, fugiram e deixaram seu povo vulnerável ao massacre. Como resultado, aproximadamente 7.000 mulheres e crianças foram sequestradas, milhares foram mortos e outros milhares deslocados ou emigraram. Somente a intervenção das forças das guerrilhas HPG e YJA-Star, provindas das montanhas do Curdistão, juntamente com as Unidades de Proteção Popular (YPG) e as Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ) do Curdistão Rojava foram capazes de prevenir futuros massacres.

Mais de 150 guerrilheiras, que lutaram para salvar os refugiados yazidis nas montanhas de Sinjar, sucumbiram como mártires nessa batalha contra o EI. Após a derrota do EI no Sinjar, o povo da região começou a se organizar com base na autonomia democrática. Pela primeira vez, mulheres yazidis construíram suas próprias forças de defesa, conselhos de mulheres e outras muitas instituições desse tipo.

Há uma história impactante de uma mulher que foi sequestrada pelo EI e vendida como escrava nos mercados de Raqqa. Essa jovem mulher conseguiu escapar da escravidão e juntar-se à YJŞ (Unidades das Mulheres de Sinjar), e participou da batalha pela libertação de Raqqa, a chamada capital do EI. Ela retornou ao mercado onde foi vendida como prisioneira para fincar uma bandeira no local. No entanto, enquanto escrevo este artigo, a Turquia e o Iraque, juntamente com o KDP e os Estados Unidos, estão negociando uma resposta, planejando tolher a autonomia do Sinjar. Apesar disso, junto à resistência liderada pelas mulheres, o povo do Sinjar continuará sua luta por autonomia.

O Curdistão Rojhilat[4] Curdistão Oriental.: Um lugar de resistência contra o regime obscuro do Mulá

Na República Islâmica do Irã, fundada sobre o nacionalismo persa xiita e por governos anteriores no país, os curdos não eram reconhecidos como povo, mas como um "ramo do povo persa". Por essa razão, o regime iraniano não reconhecia a língua curda, sua cultura ou seus direitos políticos. Ainda assim, a região contém os mais ricos elementos da cultura curda, incluindo a arte e a literatura, em que as mulheres exercem importante papel. Muitos dos ricos exemplos da música curda são oriundos de regiões do Rojhilat. Preservou-se a autenticidade — em termos de crença e diversidade linguística; e os fundamentos do zoroastrismo ainda se encontram bastante vivos.

A organização e a resistência curda desta região possuem, também, uma longa história. No entanto, o Estado iraniano, por meio de conspirações, infiltrações e assassinatos, neutralizou a resistência dessas organizações. Após a experiência com a República Curda de Mahabad — juntamente com a execução de seu líder, Qazi Muhammed —, não foi possível desenvolver um movimento de resistência eficaz. Ainda assim, estabeleceram-se organizações de resistência armada, como o partido marxista Komala, que contaram com importante participação das mulheres. No entanto, a maioria dessas organizações, ou se tornaram ineficazes — como resultado das políticas do Estado iraniano —, ou foram eliminadas por diversos métodos.

Especialmente após o complô internacional contra Abdullah Öcalan em 1999, um número significativo de curdos dessa região juntou-se à luta pela liberdade do Curdistão. Mais de mil jovens, entre homens e mulheres, juntaram-se ao exército de guerrilheiros e ações abrangentes foram tomadas. Desde 2004, as mulheres de Rojhilat também têm estabelecido suas organizações autônomas, tanto em forças armadas de autodefesa, quanto na esfera social.

As táticas do Estado iraniano de encarceramento e execução falharam em barrar o objetivo dessa organização. Şirin Elemhuli, que liderou essa resistência, foi executada em 9 de maio de 2010, juntamente com quatro de seus companheiros. Ainda há muitas pessoas ameaçadas de execução em prisões iranianas. Uma delas é Zeynep Celaliyan, que foi constantemente torturada por não ter se rendido.

Houve diversas campanhas internacionais pela sua libertação, porém, sua execução foi apenas adiada devido a essas ações públicas. As mulheres em Rojhilat persistem em sua luta de diversas maneiras, utilizando as mídias sociais de forma efetiva e criando visibilidade através destas, além de seguir com seus esforços, apesar das ameaças de execução sob as mais difíceis condições.